



## A SOBRECARGA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI E NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO<sup>1</sup>

Marcela Almeida<sup>2</sup>

Vanessa Cabral<sup>3</sup>

### Resumo

O presente artigo aborda o tema da sobrecarga vivida pelas mulheres na educação básica, no contexto da pandemia de COVID-19 (2020-2021), período em que experienciamos, como mulheres e educadoras, um aumento da nossa -- desde sempre -- extenuante jornada de trabalho, a qual aglutina, de forma estrutural, conforme nos alerta Silvia Federici, trabalho doméstico e trabalho profissional. À luz das reflexões da referida autora e também das análises empreendidas por Byung Chul-Han e Françoise Vergès, procuraremos delinear os traços principais dessa sobrecarga, enfocando as experiências por nós vivenciadas nas redes municipal de educação de Niterói e estadual do RJ, onde atuamos, elencando a diversidade de práticas estruturalmente opressoras que nos atravessam cotidianamente.

**Palavras-chaves:** mulheres, sobrecarga, educação básica.

### THE WOMEN'S OVERLOAD IN BASIC EDUCATION DURING THE COVID-19 PANDEMIC: SOME REFLECTIONS ON EXPERIENCES IN THE MUNICIPAL EDUCATION OF NITERÓI AND IN THE STATE EDUCATION OF RIO DE JANEIRO

### Abstract

This academic essay approaches the issue of the overload experienced by female teachers in basic education in the context of the COVID-19 pandemic (2020-2021), a period in which we, as women and teachers, experienced an increase in our -- ever since -- strenuous working day, which structurally brings together, as Silvia Federici warns us, domestic work and professional work. In the light of the aforementioned author's reflections and also of the analyzes carried out by Byung Chul-Han and Françoise Vergès, we will try to outline the main features of this overload, focusing on the experiences we have lived in the municipal education networks of Niterói and state of RJ, where we operate, listing the diversity of structurally oppressive practices that permeate us on a daily basis.

**Key words:** women, overload, basic education

### LA SOBRECARGA DE MUJERES EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA DURANTE LA PANDEMIA DEL COVID-19: ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE EXPERIENCIAS EN LA RED EDUCATIVA MUNICIPAL DE NITERÓI Y EN LA RED EDUCATIVA ESTATAL DE RIO DE JANEIRO

<sup>1</sup> Artigo recebido em 15/02/2023. Avaliação em 01/03/2023. Aprovado em 28/03/2023. Publicado em 31/03/2023

<sup>2</sup> Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPLIN/FFP-UERJ) e Professora de Língua Portuguesa da Rede Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: [mmasmarcela@gmail.com](mailto:mmasmarcela@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5008-8499>

<sup>3</sup> Vanessa da Fonte Cabral Viégas é mestranda em Estudos Linguísticos (UERJ - FFP). Atua desde 1999 na educação básica, como professora de Língua Inglesa, nos ensinamentos fundamental e médio na Rede Pública (SEEDUC e FME- Niterói) e em cursos livres. É membro do grupo de pesquisa Profjus (Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Linguagens e Justiça Social) do CNPq (PPLIN / UERJ-FFP). E-mail: [nessacabral@gmail.com](mailto:nessacabral@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2327-4402>

**Resumen**

Este artículo aborda el tema de la sobrecarga que vive la mujer en la educación básica, en el contexto de la pandemia del COVID-19 (2020-2021), período en el que experimentamos, como mujeres y educadoras, un aumento de nuestro -- desde entonces -- Jornada extenuante, que conjuga estructuralmente, como nos advierte Silvia Federici, trabajo doméstico y trabajo profesional. A la luz de las reflexiones del citado autor y también de los análisis realizados por Byung Chul-Han y Françoise Vergès, intentaremos esbozar las principales características de esta sobrecarga, centrándonos en las experiencias que hemos vivido en las redes municipales de educación de Niterói. y el estado de RJ, donde actuamos, enumerando la diversidad de prácticas estructuralmente opresivas que nos atraviesan a diario.

**Palabras clave:** mujeres, sobrecarga, educación básica

## Introdução

Na sociedade capitalista, estruturada a partir de um ideário neoliberal que, dentre tantos outros aspectos, naturaliza a competitividade, a meritocracia, a perda de direitos, o empobrecimento e o aumento da carga laboral da classe trabalhadora a fim de garantir a acumulação e a concentração de capital pelo 1% mais rico do mundo, parece inevitável concluir que a ampliação do esgotamento de frações diversas que compõem os outros 99% também foi naturalizada. O cansaço dos trabalhadores vem sendo tão relativizado quanto romantizado, assim como a cada vez mais frequente sensação de falta de tempo por aqueles e aquelas cujas vidas vêm sendo reguladas por “metas”, “foco”, “esforço pessoal”, “dedicação” e outras ideias relacionadas à corrosiva concepção capitalista de tempo.

Quando atrelados ao debate de classe, os recortes de gênero e raça podem revelar a face ainda mais perversa do capitalismo. A sociedade do capital entende que, por sermos mulheres, temos que desempenhar simultaneamente atividades profissionais e domésticas, exigindo que trabalhemos em duplas e até mesmo triplas jornadas – se considerarmos, além do vínculo empregatício e do trabalho em benefício da família e da casa, um período dedicado aos estudos/formação/aprimoramento.

O dia a dia das mulheres trabalhadoras mergulhadas nessa(s) jornadas(s) converte-se em um *looping* sem fim, o qual acaba por alijá-las da possibilidade de coexistência de uma atividade reflexiva capaz de problematizar as próprias razões de todo esse fazer. E é exatamente neste contexto que se insere o objetivo específico do presente esforço de análise: procurar empreender uma reflexão a respeito da sobrecarga das mulheres profissionais da educação básica no período pandêmico e que, para além das atividades laborais com vínculo empregatício, executadas muitas vezes em *homeoffice*, seguiram desempenhando funções domésticas de cuidado com a família e a casa, num tempo de risco de vida iminente, inseridas numa sociedade estruturada pelo capitalismo, pelo patriarcado, pela branquitude e pela herança do colonialismo que atravessa todas as demais formas de exploração e de opressão dos nossos corpos e existências. Uma sociedade que entende a sobrecarga como elemento constitutivo da vida da mulher. Considere-se como uma espécie de “agravante” de todo esse processo a concepção imposta pelos governos e pela mídia do tão propalado “novo normal”, em todas as suas adversidades e contradições. Afinal, a pandemia ainda não acabou, novas variantes estão surgindo e estas seguem impactando a sociedade -- e também a escola -- de diversas maneiras.

Para a elaboração das reflexões aqui consignadas, nos valem, como referenciais teórico-metodológicos, de elaborações desenvolvidas pelo filósofo sul-coreano Byung Chul-

Han, e também de formulações de Silvia Federici e Françoise Vergès sobre a temática. À luz dos objetivos já mencionados, apresentaremos nossas impressões sobre como todos esses aspectos nos atravessaram nestes tempos pandêmicos, lançando mão de nossas experiências concretas nas redes de educação onde atuamos, pois entendemos que teoria e prática, mais do que caminhar juntas, interdelimitam-se mutuamente.

## **1. Cansaço feminino e educação básica: apresentação do problema do esgotamento das mulheres educadoras em tempos pandêmicos**

O problema do esgotamento das mulheres educadoras na educação básica possui uma diversidade de aspectos que podem ser analisados sob variadas perspectivas e referenciais. Evidentemente, o presente artigo não tem a pretensão de esgotar nenhum destes elementos. Nosso objetivo consiste em lançar luzes sobre um debate que consideramos necessário. Por isso, selecionamos algumas nuances desse problema a fim de tecer questionamentos e, ao longo do desenvolvimento do texto, traçar paralelos com a experiência concreta que experienciamos no período pandêmico.

Até o surgimento da pandemia de COVID-19, poderíamos descrever, ainda que brevemente, uma das muitas rotinas de trabalho típicas de uma professora na educação básica da seguinte forma: toda semana, planejamos, em casa, as tarefas que pretendemos implementar na unidade escolar, junto às turmas das quais somos regentes. Depois, após realizadas, essas tarefas passam por um processo de correção/avaliação (e que, na maioria das vezes, significa levá-lo de volta para casa, já que na escola, geralmente, não dispomos de tempo ou ambiente adequado para fazer a correção/avaliação). Em seguida, as tarefas corrigidas/avaliadas retornam à unidade escolar para registro, compartilhamento, devolução ao alunado e debate coletivo dos resultados. Em todos os momentos desse processo, atravessamentos diversos sempre se fizeram presentes: se levamos as tarefas pedagógicas a serem corrigidas para casa, dividimos nossa atenção com uma série de outras demandas, como, por exemplo, o cuidado com os filhos e/ou outros familiares, tarefas domésticas, solicitações burocráticas do dia a dia e tantas outras atividades que a sociedade patriarcal atribui a nós, mulheres, como se devessem ser executadas por nós prioritariamente.

Se a mera leitura desse “passo a passo” pode despertar uma certa sensação de cansaço em quem não está muito familiarizado com a rotina da educação básica, no período pandêmico, porém, a identificação do ambiente profissional com o ambiente doméstico alterou inegavelmente a rotina das mulheres. É possível afirmar que esta alteração acentuou a

sobrecarga de trabalho das educadoras? Este entrecruzamento será mais detalhadamente abordado no desenvolvimento do presente trabalho.

Um outro elemento que requer especial atenção é a condição psíquica dos educadores e, especialmente, das mulheres educadoras. Nos últimos anos, uma representativa parcela da nossa classe vem se afastando de suas atividades laborais por fatores como depressão e *burnout*. Um estudo de 2013<sup>4</sup>, produzido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e publicado pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, já apontava que cerca de 20% dos professores haviam sido afastados de seu ofício por razões psíquicas. Refletir sobre esgotamento também passa por pensar sobre como estará, hoje, a condição psíquica dos profissionais de educação após dois anos de uma pandemia que já matou quase 700 mil pessoas no Brasil.

E, finalizando esta breve apresentação do problema que desejamos debater, um importante aspecto que precisa ser pautado é o silenciamento das vozes dos profissionais de educação, especialmente se pensarmos que a educação básica é composta majoritariamente por mulheres. Além da falta de reconhecimento ao nosso trabalho pedagógico, enfrentamos cotidianamente ataques midiáticos e de grupos conservadores de extrema direita, como o Escola Sem Partido, que pretendem silenciar os profissionais de educação, impondo uma cruzada contra a liberdade de ensinar e aprender numa perspectiva emancipatória, libertadora, feminista, antirracista e frontalmente contrária a quaisquer formas de opressão. Em uma sociedade pautada pelo patriarcado, pela branquitude, pela heteronormatividade e por posturas de base colonial, não podemos descuidar da luta para que nossas vozes, enquanto mulheres e educadoras, não sejam silenciadas. Como profissionais docentes, procuramos, dia após dia, escapar à vigilância panóptica dos sistemas e redes de educação, que tantas vezes tentam cercear nossas práticas e reflexões sobre o fazer educativo, valendo-se de mecanismos institucionais que subalternizam e invisibilizam a diversidade que constitui a escola. Além da rotina profissional e doméstica, essa necessidade de manter-se em constante alerta pela defesa da autonomia pode se constituir em mais um aspecto do cansaço docente feminino.

## **2. Superdesempenho e esgotamento: apontamentos a partir das reflexões de Byung Chul-Han**

---

<sup>4</sup> Fonte: CRESCE NÚMERO DE PROFESSORES AFASTADOS POR PROBLEMAS PSICOLÓGICOS. Plataforma Renast Online, 2013. Disponível em: <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/noticias/cresce-numero-professores-afastados-problemas-psicologicos>. Acesso em 03/07/2022.

Um dos temas, na atualidade, que insiste em se fazer presente nas mais diversas rodas de conversas é o cansaço. Não é incomum atestarmos coletivamente este dado, tampouco é incomum escutarmos, particularmente de mulheres, relatos de cansaço. A vida moderna e suas exigências nos sobrecarregam de modo peculiar. Das mulheres, espera-se que estejam sempre produzindo, disponíveis e sorridentes em fotos instagramáveis. O modo capitalista de pensar nos impele a não parar, pois, neste caso, estaríamos “perdendo algo”. E num mundo que relaciona tempo e ganho financeiro, quase numa relação de identificação, nenhum minuto pode ser perdido.

Na escola, nosso espaço de atuação profissional, os profissionais de educação manifestam de formas variadas a sobrecarga a que estão submetidos. No caso dos professores, muitos revelam que o prazer de lecionar parece lhes ter sido sugado. Em relação às mulheres educadoras, o cansaço se traduz em tons distintos. São tantos os relatos dessa experiência de esgotamento na educação básica que, caso fosse elaborada uma pesquisa nas salas de professores pelo Brasil, especialmente nas redes que mais precarizam seus profissionais, nos parece obvio supor que a afirmação da exaustão teria grandes chances de ser unânime. Comparativamente, as mulheres educadoras muito provavelmente apresentariam um nível de cansaço ainda mais intensificado. A maioria de nós, na educação básica, vive esperando pelo final de semana, pelo próximo feriado ou ponto facultativo, pelo recesso de julho e pelas férias coletivas em janeiro. Como isso aconteceu? Desde quando estamos sendo derrotadas pelo cansaço?

No início da obra *Sociedade do cansaço*, Byung Chul-Han afirma categoricamente que “cada época possui suas enfermidades fundamentais” (2015, p. 7). A seguir, ele se dedica a historiar a tipologia das enfermidades, procedendo a uma divisão da história em períodos, os quais se distinguem por formas diferentes de adoecimento. O período bacteriológico, segundo ele, foi superado com a descoberta dos antibióticos. A época imunológica, típica do século passado, cujo paradigma foi dominado pela dinâmica de ataque-defesa característica de um mundo submetido à lógica da Guerra Fria, também foi superada paulatinamente. Com o fim da referida guerra, a ideia de combater a alteridade, como a superação do que é estranho, passou a ceder espaço a um outro paradigma: o da positividade que valida todas as diferenças, que não supõe embate de ideias, tampouco submete-se à lógica de atacar ou defender uma posição.

Em sentido pós-moderno, a positividade legitima realidades e pontos de vista distintos e mesmo opostos, compreendendo-os como iguais entre si, positivos e dotados igualmente de

autêntica possibilidade de existência. Se na época imunológica prevalecia o paradigma da negatividade, que sustentava uma lógica de oposição e embate, no período hodierno, vivemos sob a égide do positivo, ou melhor, do que Chul-Han denomina como “exagero da positividade”, cuja demasia gera a violência da assimilação plena de absolutamente tudo que é produzido. Tal lógica, por sua vez, acarreta uma espécie de obrigação de “superdesempenho”, como princípio de ação diante da produtividade máxima que se impõe. Remetendo à sociedade disciplinar de Foucault, Chul-Han afirma que “a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas ‘uma sociedade de desempenho’ (2015, p. 14). Um superdesempenho que, se não atingido, produz “depressivos e fracassados”, incapazes de lidar com a produtividade massiva imposta pela positividade pós-moderna.

O superdesempenho não permite “tempo perdido” com o exercício da contemplação (2015, p. 18), ou mesmo da dialética. “O que torna doente, na realidade, não é o excesso de responsabilidade e iniciativa, mas o imperativo do desempenho como um novo mandato da sociedade pós-moderna do trabalho” (2015, p. 16). Parece evidente, portanto, que o esgotamento, o colapso da assimilação-de-tudo, de todos os estímulos e informações, ocorre precisamente a partir da pressão social relativa ao desempenho e à ideia de que suas margens poderão ser alargadas sempre.

Quem fracassa na sociedade neoliberal do rendimento se acha responsável por isso e se envergonha, em vez de questionar a sociedade ou o sistema. É nisso que consiste a especial inteligência do regime neoliberal. (...) No regime neoliberal da autoexploração, a pessoa direciona a agressão a si mesma. Essa autoagressividade não transforma o explorado em revolucionário, mas em depressivo (CHUL-HAN, 2018).

Superdesempenho, histeria do trabalho, superexploração consentida e simultaneamente desejada, produtividade, rendimento como reflexo do desempenho, recompensa pelo esgotamento, depressão diante do infortúnio: nesse movimento retroalimentar, o neoliberalismo, muito habilmente, responsabiliza os trabalhadores pelas derrotas que o próprio sistema impõe a cada um/uma de nós. Mas em relação às mulheres, essa responsabilização pode atingir nuances ainda mais perversas.

### **3. As lutas feministas e o direito ao cansaço: o que nos dizem Silvia Federici e Françoise Vergès**

Além de Chul-Han e das noções de esgotamento e superdesempenho, outros autores também teorizaram a respeito da constituição da sociedade, uma sociedade alicerçada no

capitalismo e que imprime na humanidade, em especial na classe trabalhadora, um ritmo desumano de vida. A sociedade capitalista vive do trabalho e da opressão imposta à classe trabalhadora. Na base dessa pirâmide humana encontram-se as mulheres, em especial as mulheres negras, periféricas e de classes socialmente mais vulneráveis.

O cansaço e o ócio são “bens” das frações de classe economicamente favorecidas e que podem pagar para ter direito a ambos. De acordo com Silvia Federici (2019, p. 47), “lutar pelo trabalho já é uma derrota.” Isso porque, segundo a autora, o capital nos divide e nos enfraquece enquanto categoria. O capitalismo e o heteropatriarcado operam de maneira efetiva no que diz respeito ao que subjuga o dito subalternizado, sendo aspectos altamente responsáveis pelo ritmo de vida extenuante que a contemporaneidade impõe, em especial, às mulheres. Aqui estão colocados, pois, os recortes, de gênero, raça e classe.

Silvia Federici observa que o trabalho doméstico não é visto pela sociedade como um trabalho de fato, que, inclusive, deveria ser objeto de remuneração, mas como uma tarefa que cabe às mulheres porque elas são “donas de casa”.

Para onde quer que olhemos, podemos observar que os trabalhos executados por mulheres são meras extensões da condição de donas de casa em todas as suas facetas. Não apenas nos tornamos enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias — todas as funções para as quais fomos treinadas dentro de casa —, mas estamos no mesmo tipo de relação que dificulta a nossa luta dentro de casa: isolamento, o fato de que a vida de outras pessoas depende de nós, a impossibilidade de enxergar onde começa o nosso trabalho e onde ele termina, onde nosso trabalho termina e onde começam nossos desejos. (FEDERICI, 2020, p. 27).

A sociedade patriarcal se beneficia grandemente dessa naturalização do trabalho reprodutivo e, ao mesmo tempo, o invisibiliza. No contexto de um trabalho constante, dentro e fora de casa, não é permitido socialmente que haja prejuízo das tarefas domésticas, sob pena das mulheres não serem consideradas “boas donas de casa” ou “boas mães” ou ainda “boas profissionais”, e de “não conseguirem conciliar” casa e emprego.

Françoise Vergès (2020), por sua vez, nos apresenta o termo *classe cuidadora* para tratar de mulheres que irão cuidar de outros, uma classe que desempenha um “trabalho cuja finalidade é manter ou aumentar a liberdade de outra pessoa”. Contudo, “quanto mais o seu trabalho serve para ajudar os outros, menos você é pago para fazê-lo” (VERGÈS, 2020, p. 125). Historicamente, o trabalho de cuidar do outro, em especial quando se trata de alguém que não produz com sua força de trabalho para a expansão do sistema capitalista, não possui o mesmo valor das demais atividades. Afinal, na sociedade capitalista não há espaço para aqueles que não produzem.



A concepção de escolas e asilos como “depósitos” parece bastante alinhada a essa perspectiva. Crianças e idosos precisam ser “depositados” nesses espaços para que a roda do capitalismo não pare de girar. Esse aspecto ficou ainda mais evidenciado no cenário trazido pela pandemia do novo coronavírus, com o fechamento de locais que habitualmente sempre funcionaram e garantiram a permanência de crianças para que seus responsáveis pudessem trabalhar e ser produtivos. Com escolas fechadas e professores trabalhando remotamente, quem cuidaria dessas crianças?

Não é difícil perceber que muitas dessas crianças são cuidadas por mulheres que deixam suas famílias para cuidar das casas e das crianças de outras mulheres. A maioria das trabalhadoras domésticas é negra, resultado do sistema escravocrata que subjuguou e ainda subjuga a população negra. O feminismo branco luta pelo direito ao trabalho feminino, equidade salarial e equidade de direitos. Entretanto, não é raro percebermos que, nas casas de mulheres brancas, as quais lutam para serem reconhecidas fora do ambiente doméstico, muitas vezes, as mãos que trabalham e cuidam são mãos de mulheres negras.

#### **4. O reflexo da crise pandêmica global na vida das mulheres**

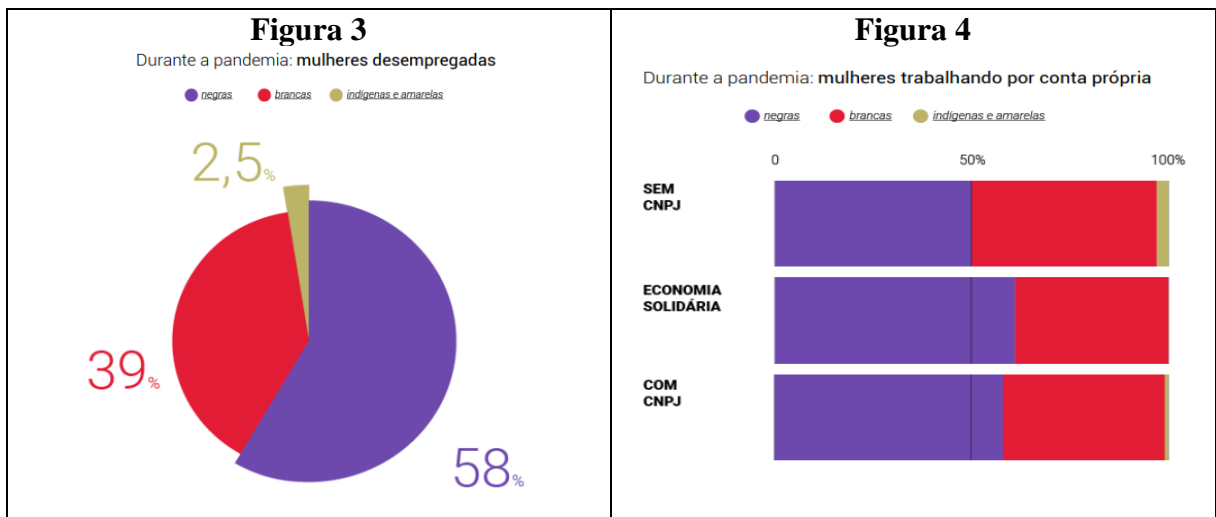
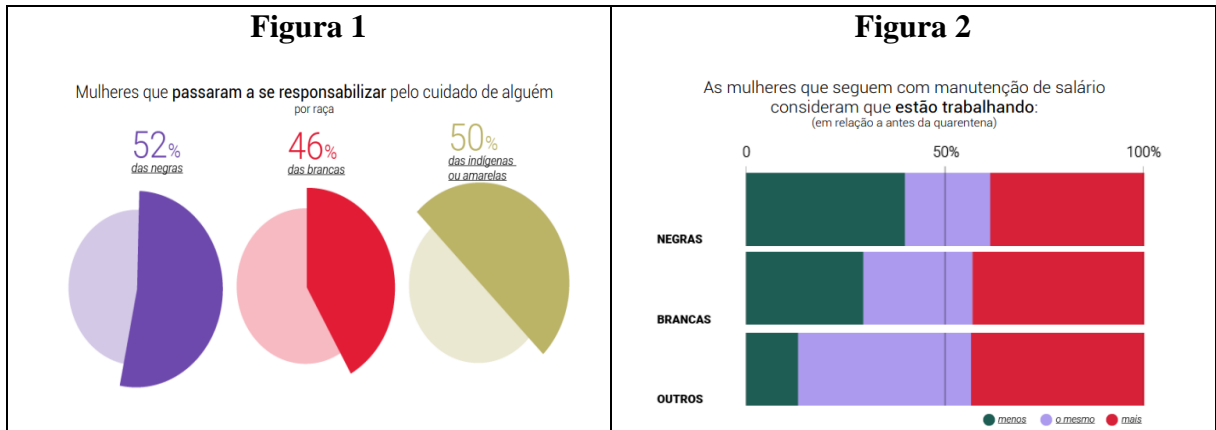
As reflexões apresentadas até aqui nos fornecem pistas para compreendermos as raízes estruturais do cansaço feminino. Este cansaço, como apontaram os autores citados, está alicerçado no superdesempenho defendido nestes tempos de neoliberalismo, no patriarcado, no racismo, na naturalização do trabalho reprodutivo. Estes e outros aspectos evidenciam-se ao nos debruçarmos sobre os dados fornecidos pela realidade. No caso do presente artigo, interessam-nos os dados relativos ao contexto pandêmico. Por isso, selecionamos a Pesquisa “Sem parar; o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”<sup>5</sup>, promovida pela ONG Sempre Viva Organização Feminista, em 2020, como subsídio para nossas considerações.

De acordo com a pesquisa citada acima, 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia; 41% das mulheres que seguiram trabalhando durante a pandemia com manutenção de salários afirmaram trabalhar mais na quarentena; 40% das mulheres afirmaram que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco. O recorte de raça destes dados mostra a ação nefasta do racismo estrutural presente na sociedade

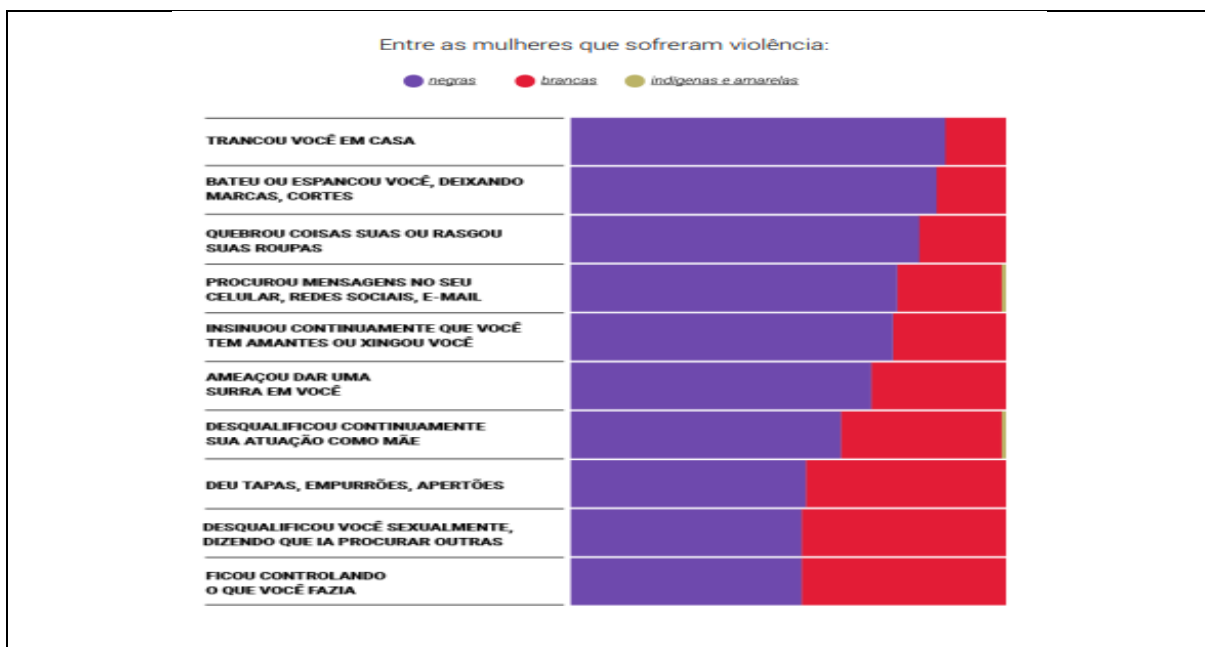
---

<sup>5</sup> SEMPRE VIVA, ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Disponível em: [https://mulheresnapanemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](https://mulheresnapanemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf). Acesso em 26/06/2022.

patriarcal: 58% das mulheres desempregadas são negras; 61% das mulheres que estão na economia solidária são negras.



**Figura**



Em relação à percepção da violência, 91% das mulheres sinalizaram que a violência doméstica aumentou ou se intensificou durante o período de isolamento social. Entretanto, quando perguntadas sobre suas experiências pessoais, somente 8,4% das mulheres afirmaram ter sofrido alguma forma de violência neste período. Novamente, o recorte de raça escancara as mazelas promovidas pelo racismo, que histórica e estruturalmente segue violentando mulheres negras no Brasil.

Parece evidente constatar que a redução dos ganhos, o risco de não conseguir arcar com os custos de manutenção da casa, a ampliação da tarefa de cuidar, o desemprego que atingiu mais mulheres negras do que brancas, a necessidade de abraçar a economia solidária e a própria percepção a respeito da violência doméstica indicam que o racismo, o capitalismo e a naturalização do trabalho reprodutivo ecoam neste breve recorte de dados da pesquisa. As opressões atuam estruturalmente, entrecruzando-se e, na pandemia, aprofundaram ainda mais violentamente o quadro de esgotamento ao qual as mulheres sempre foram submetidas pelo patriarcado. Grande parte dessas mulheres é mãe ou responsável por estudantes na escola pública.

Após a apresentação destes dados de cunho mais ampliado e a fim de tocar na especificidade do presente artigo, parece-nos oportuno perguntar: como essa engrenagem de opressões se desenvolveu na vida das mulheres trabalhadoras da educação básica pública, em pleno contexto pandêmico? É o que vamos tentar narrar, a partir das nossas próprias experiências, no próximo subtópico deste trabalho.

## **5. O reflexo da pandemia na vida das mulheres da educação básica: breves comentários sobre as experiências vividas nas redes estadual do Rio de Janeiro e municipal de Niterói**

Levando em consideração que muitas famílias compreendem a escola como um lugar seguro e acessível para deixar seus filhos enquanto trabalham e que, inclusive, profissionais de educação utilizam-se de uma unidade escolar para deixar seus filhos enquanto trabalham em outras escolas, esse cenário, em pleno contexto pandêmico, tornou-se totalmente caótico: professores trabalhando em casa, tendo os filhos ao lado o tempo todo. Acrescente-se a este quadro o caso de familiares idosos e/ou com enfermidades que, ou já residiam, ou passaram a residir no mesmo espaço em função da necessidade de proteção e cuidado. Responsáveis de alunos tendo que ajudar os filhos nas tarefas escolares, além de realizar suas tarefas profissionais. Somem-se, também, as agruras inerentes ao confinamento e a vulnerabilidade social e econômica que assolou o país, situação que atingiu um significativo número de famílias brasileiras<sup>6</sup>.

No caso dos profissionais de educação, se antes da pandemia já nos sentíamos esgotados e mal remunerados, a partir da obrigatoriedade do trabalho remoto imposto pelo contexto pandêmico, tal condição aprofundou-se, uma vez que passamos a ser ainda mais exigidos e responsabilizados pelo fechamento de escolas, que simplesmente não tinham como funcionar por ausência de salubridade mínima no auge de uma pandemia que matava milhares de pessoas todos os dias.

Em relação às mulheres que atuam como docentes na educação básica, nosso trabalho incessante (pedagógico e em casa) atingiu níveis de invisibilização e silenciamento ainda mais intensos, uma vez que o fechamento das unidades escolares e a consequente instituição do trabalho remoto emergencial fizeram desaparecer qualquer linha limítrofe entre o doméstico e o profissional. Nós, mulheres, passamos a desempenhar todas as formas de trabalho simultaneamente e sem pausa. As críticas de Silvia Federici se fizeram ecoar de maneira intensamente concreta e sofrida.

De forma muitíssimo breve, podemos dizer que a rede estadual de educação do RJ e a rede municipal de educação de Niterói paralisaram suas atividades em março de 2020. Com diferenças pontuais a respeito da organização dos calendários e da validação ou não dos dias letivos, as referidas redes de educação, no cômputo geral, anteciparam seus recessos escolares

---

<sup>6</sup> SAAESP. Desemprego afeta 27,25% das famílias brasileiras, segundo estudo do IPEA. Disponível em: <https://www.saaesp.org.br/arquivos/3977>. Acesso em 10/07/2022.

e logo em seguida já começaram a demandar a respeito do trabalho remoto, publicando orientações oficiais repletas de exigências e normativas. Não foram feitas, contudo, consultas aos profissionais em relação ao modo pelo qual se daria o apoio cognitivo aos estudantes, sobre de que maneira uma categoria majoritariamente feminina, explorada, sobrecarregada e mal remunerada teria condições objetivas de acesso, o que inclui, além do maquinário e formação, um planejamento pautado pela realidade concreta de cada comunidade escolar e pela autonomia pedagógica, que nos é negada peremptoriamente no dia a dia, e na pandemia nos foi ainda mais sequestrada. Tampouco nossos estudantes foram consultados, não apenas sobre seu acesso digital, mas principalmente sobre suas condições efetivas de aprendizado, sobre sua segurança sanitária e alimentar, e também de seus familiares e comunidade.

O que se viu no período de suspensão das aulas presenciais foram professoras, funcionárias e equipes diretivas – quase sempre compostas por maioria feminina – tendo que atender alunos e seus responsáveis, praticamente vinte e quatro horas por dia, e cuidando, ao mesmo tempo, das tarefas domésticas, das pessoas de seu círculo de responsabilidades e de suas casas, sem tempo ou permissão para assumirem o cansaço, pois o negacionismo do poder público federal exigiu que, no ápice do superdesempenho, lembrando Chul Han, tivéssemos de nos preocupar com todos os aspectos acima elencados e, além deles, com os riscos iminentes de contaminação pelo novo coronavírus.

Em meados de 2020, diante das pressões do governo federal para que houvesse o retorno à “normalidade”, mesmo no auge de uma pandemia fora de controle, e que contou com o bombardeio de *fake news* sobre cuidados sanitários, com ataques a respeito da confiabilidade da imunização vacinal, à época ainda indisponível, com a promoção de medicamentos não adequados à proteção contra a COVID-19, e com a recusa do mesmo governo em adquirir vacinas para imunizar a população, o debate sobre retorno presencial nas unidades escolares ganhou contornos coloniais e de opressão de gênero, de raça e de classe. Na rede municipal de Niterói, as primeiras profissionais a serem convocadas foram as cozinheiras escolares, bem como as equipes de apoio pedagógico. Não por acaso, as cozinheiras escolares são, em sua maioria, mulheres negras, possuem as maiores cargas horárias, estão sujeitas aos mais frequentes acidentes de trabalho em cozinhas sem os devidos utensílios e recebem os menores salários de toda a rede.

Um elemento bastante revelador de posturas coloniais foi a aplicação prática do trabalho remoto emergencial no âmbito da educação básica pública. Contextualizando, na rede estadual do RJ, assim que a suspensão de aulas foi decretada, a Secretaria de Estado de Educação

(SEEDUC-RJ) anunciou que firmara um convênio com a *Google for Education* para uso do aplicativo *Google Classroom* por estudantes e professores. Entretanto, como sabemos, a pandemia escancarou desigualdades sociais e de acesso tecnológico, e efetivamente, somente uma pequena parcela do alunado conseguia estabelecer algum contato com seus professores através da plataforma. Por razões diversas, dentre as quais podemos citar: ausência de computadores e ou tablets, contando apenas com celulares obsoletos e que não permitiram o uso do aplicativo; inexistência de ambiente adequado para estudar em suas casas, tantas vezes precárias, superlotadas e insalubres; dificuldades de ordem psíquico-cognitivas e carência de apoio especializado, e, principalmente, em função do empobrecimento de suas famílias e consequente insegurança alimentar<sup>7</sup>.

No centro das discussões, contudo, não estavam profissionais de educação, mas políticos, empresários, juristas, pediatras, religiosos, economistas neoliberais ligados à imprensa oficial e às frações da classe dominante. Todos eles foram alçados à condição de porta-vozes imbuídos de legitimidade para falar de educação, relegando a nós, docentes, um lugar, ora subalterno, ora de invisibilidade. Não nos parece surpreendente que essas vozes tenham sido, em sua maioria, masculinas, brancas e heteronormativas. Vozes que tentaram – e ainda tentam – definir, normatizar e implementar o que uma categoria majoritariamente feminina, explorada, sobrecarregada e que leciona para um alunado majoritariamente negro, diverso, segregado e carente do atendimento às suas necessidades básicas deveria fazer no seu cotidiano laboral no chão da escola pública – e que existe e resiste apesar de tudo – para minimizar os impactos da pandemia nas vidas dos estudantes.

No momento presente, em um cenário bem menos caótico que o vivenciado em 2020-2021, em função da evolução do quadro vacinal, parece evidente que os danos emocionais a que foram e têm sido expostos os profissionais de educação, especialmente mulheres, são imensuráveis. Com o estabelecimento do que os governos e a imprensa oficial passaram a denominar como “novo normal”, as escolas foram reabertas e atualmente funcionam com 100% da capacidade de atendimento. As condições de salubridade nas unidades escolares, contudo, estão longe do satisfatório. A obrigatoriedade do uso de máscaras foi abolida e o dito “novo normal” já atingiu novos níveis de relativização da pandemia. Nós, profissionais de educação,

---

<sup>7</sup> Portal G1. Estudantes da rede estadual do RJ reclamam das condições de acesso às aulas online. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/11/estudantes-da-rede-estadual-do-rj-reclamam-das-condicoes-de-acesso-as-aulas-online.ghtml>. Acesso em: 10/07/2022.

nos encontramos fisicamente esgotados e lidando com alunos emocionalmente instáveis<sup>8</sup>. Muitas de nós estamos sofrendo com problemas psíquicos, ansiedade, insônia, síndrome do pânico, *burnout*, problemas respiratórios preexistentes ou aprofundados pelas sequelas da COVID-19, e tantos outros males aos quais o superdesempenho, símbolo da sociedade contemporânea, já vinha nos submetendo e que foram majorados pela condução necropolítica da pandemia. Como consequência, a escola e seus profissionais passaram a ser vistos como os responsáveis pelos déficits emocionais e educacionais dos alunos.

Muito se fala sobre o quanto nossos estudantes perderam, mas pouco se fala a respeito de como os profissionais da educação se encontram emocionalmente devastados depois de mais de dois anos de pandemia e de exigências que sempre estiveram além das nossas forças. Decretar um “novo normal” não extinguiu esses danos. Segundo estudo, a saúde mental de 72% dos educadores foi afetada durante a pandemia do novo coronavírus<sup>9</sup>.

Em abril de 2020, pouquíssimo tempo depois de o mundo começar a entender o que enfrentaria com a pandemia, Boaventura de Souza Santos (2020) já alertava que a pandemia seria particularmente cruel com as mulheres. Dizia ele que:

A quarentena será particularmente difícil para as mulheres e, nalguns casos, pode mesmo ser perigosa. As mulheres são consideradas “as cuidadoras do mundo”, dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias. Dominam em profissões como enfermagem ou assistência social, que estarão na linha da frente da prestação de cuidados a doentes e idosos dentro e fora das instituições. Não se podem defender com uma quarentena para poderem garantir a quarentena de outros. São elas também que continuam a ter a seu cargo, exclusiva ou maioritariamente, o cuidado das famílias. Poderia imaginar-se que, havendo mais braços em casa durante a quarentena, as tarefas poderiam ser mais distribuídas. Suspeito que assim não será em face do machismo que impera e quiçá se reforça em momentos de crise e de confinamento familiar. Com as crianças e outros familiares em casa durante 24 horas, o stress será maior e certamente recairá mais nas mulheres. (SANTOS, 2020, p. 15-16).

Sousa Santos, assim como Federici e Vergès, denuncia a tarefa que a sociedade capitalista imputa à mulher como a cuidadora do mundo, tarefa essa extremamente cansativa e que acaba refletindo na atuação das mulheres fora do ambiente doméstico. Enquanto professoras da educação básica no cenário pandêmico, nossas casas viraram salas de aula, as instituições de ensino pouco se importaram com os recursos ofertados para que o trabalho fosse

---

<sup>8</sup> Portal G1. Violência em escolas aumenta na volta às aulas presenciais. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/372745/violencia-em-escolas-aumenta-na-volta-aulas-presen.htm>. Acesso em 09/07/2022.

<sup>9</sup> CNN Brasil. Saúde mental de 72% dos educadores foi afetada durante pandemia, afirma estudo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/saude-mental-de-72-dos-educadores-foi-afetada-durante-pandemia-afirma-estudo/?amp>. Acesso em 09/07/2022.

realizado e menos ainda se preocuparam com a saúde física e mental dos professores. Fora das escolas, a opinião pública exigia que as escolas estivessem abertas, independente da segurança sanitária. Parece lógico: todos estavam cansados e as escolas abertas seriam a chance de que alguma normalidade pudesse ser estabelecida e de que algumas pessoas pudessem ter seu direito ao ócio garantido. Ainda que à custa da nossa sobrecarga, adoecimento, silenciamento e ocaso.

### **Considerações Finais**

Historicamente, sempre houve um silenciamento de vozes femininas. Nem mesmo a igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução Francesa incluía as mulheres, independente de raça ou classe. Há inúmeros exemplos de vozes femininas silenciadas. O filme *Estrelas Além do Tempo*, por exemplo, conta a história de três dessas mulheres: Katherine Johnson e Dorothy Vaughan, matemáticas, e Mary Jackson, matemática que viria a se tornar engenheira. Embora o filme tenha uma dose de ficção, essas mulheres existiram e suas histórias possivelmente foram de lutas mais árduas do que as que o filme descreve.

Por muitos anos, a história da humanidade exaltou os feitos dos homens em suas propaladas batalhas por aumento de território, riquezas e toda a sorte de conquistas. De Ulisses, em sua Odisséia, a Alexandre, O Grande, o protagonismo feminismo em relatos oficiais era inexistente, e nem de coadjuvante poderia ser chamado. Seja nos relatos históricos, seja na literatura clássica, quando a figura feminina aparece, ela é submissa, violada, abusada, sem direitos, desumanizada e, em muitos casos, silenciada. Muitas dessas histórias constam, inclusive, dos planejamentos pedagógicos de diversas disciplinas da educação básica.

Durante a pandemia do novo coronavírus, presenciamos educadores e, principalmente, mulheres educadoras exaustas e também silenciadas. Diversos outros atores sociais eram entrevistados, consultados, emitiam opiniões e discutiam sobre o funcionamento seguro das escolas. Entretanto, via de regra, as trabalhadoras da educação, professoras ou funcionárias, não eram ouvidas, sequer eram convidadas a opinar ou, quando participavam, acabavam sendo deglutidas por aqueles que reproduziam o discurso neoliberal dominante. Ter a voz sequestrada e ser alijada do próprio lugar de fala sobre o exercício do ofício de educar é cansativo e desestimulante.

Várias reflexões seguem sendo suscitadas a partir do cansaço pandêmico. Uma delas é a certeza de que nossas conquistas são sempre fruto de muita luta, de muita “desaprendizagem” de teorias e práticas coloniais, seguindo em direção a uma decolonização de corpos, mentes e



paradigmas de opressões naturalizadas e normalizadas. As gerações em devir precisam reconhecer que nada lhes é garantido. Tudo lhes pode ser retirado porque retrocessos acontecem. Geralmente, esses retrocessos ganham espaço quando as educadoras estão cansadas demais para estimularem uma educação engajada. A já saudosa bell hooks nos deixou palavras de sabedoria sobre a importância de erguermos nossas vozes:

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta. (HOOKS, 2019, pág.36)

Chegamos ao final desse trabalho com a certeza de que a contemporaneidade amplificou o cansaço dos trabalhadores e, em especial, das mulheres trabalhadoras, as quais, na busca por igualdade de direitos, encontram mais trabalho, menos tempo e menos direito ao cansaço. Compreendemos também que as doenças psíquicas, como nos apontou Chul-Han, estão em voga no tempo em que vivemos, doenças causadas pelo superdesempenho que o capitalismo nos impõe, pela herança colonial racista que nos atravessa e pelo patriarcado que divide o trabalho, em especial o doméstico, de forma tão desigual quanto extenuante. Como docentes da educação pública de diferentes redes de ensino, nosso esgotamento também se dá ao lidarmos com problemas que estão para além dos muros da escola: lidamos com conteúdos programáticos, mas, fundamentalmente, lidamos com emoções que permeiam nosso fazer educativo junto aos nossos alunos e colegas de trabalho. A esperança que nos move é a de construirmos uma educação que realmente transforme vidas, inclusive as nossas, enquanto profissionais da educação, para que haja, enfim, a mudança que precisamos ver no mundo. Afinal, aprendemos com Paulo Freire que “a educação não transforma o mundo. Educação transforma pessoas. Pessoas transformam o mundo” (1979, p. 94).

Que usemos sempre lutar por um mundo livre da normalização da desigualdade e da relativização do esgotamento. Que as vozes femininas da educação básica, perenemente silenciadas, sejam ouvidas e que o motor do nosso existir seja a esperança de dias melhores e livres de todas as formas de exploração e opressão patriarcal. Essa é a utopia que nos move, que nos moveu até aqui e que permanecerá sendo o nosso respiro de alívio frente ao cansaço.

## BIBLIOGRAFIA

### 1) Referenciais teóricos:

CHUL-HAM, Byung. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminina*. São Paulo: Elefante, 2019.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante: 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

### 2) Links de notícias, vídeos, pesquisas e estudos citados:

CRESCE NÚMERO DE PROFESSORES AFASTADOS POR PROBLEMAS PSICOLÓGICOS. Plataforma Renast Online, 2013. Disponível em: <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/noticias/cresce-numero-professores-afastados-problemas-psicologicos>. Acesso em 03/07/2022.

SEMPRE VIVA, ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Disponível em: [https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf). Acesso em 26/06/2022.

SAAESP. Desemprego afeta 27,25% das famílias brasileiras, segundo estudo do IPEA. Disponível em: <https://www.saaesp.org.br/arquivos/3977>. Acesso em 10/07/2022.

Portal G1. Estudantes da rede estadual do RJ reclamam das condições de acesso às aulas online. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/11/estudantes-da-rede-estadual-do-rj-reclamam-das-condicoes-de-acesso-as-aulas-online.ghtml>. Acesso em: 10/07/2022.

Portal G1. Violência em escolas aumenta na volta às aulas presenciais. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/372745/violencia-em-escolas-aumenta-na-volta-aulas-presen.htm>. Acesso em 09/07/2022.